

TERMO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA 05/2024

A **SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE - SEES**, por intermédio do **FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE - FEE**, instrumento de natureza contábil, instituído pela Lei Estadual n.º 21.405/2023, inscrito no CNPJ sob n.º 51.002.381/0001-89, neste ato representado pelo Secretário em exercício **ILSON AUGUSTO RHODEN**, inscrito no CPF sob n.º 050.551.149-59 e o **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE**, instrumento de natureza contábil, instituído pela Lei Municipal n.º 3.273/2023, inscrito no CNPJ sob n.º 52.823.488/0001-50, neste ato representado por sua prefeita municipal **SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA**, inscrito no CPF sob n.º 650.818.209-97 e pelo Diretor **ELVIS EDSON DE CARVALHO**, tendo em vista o constante no Protocolado n.º 22.155.859-6, considerando o contido nos artigos 47 a 49 da Lei n.º 14.597/2023, nos artigos 15 a 18 da Lei Estadual n.º 21.405/2023, no Decreto Estadual n.º 3.809/2023 e na Resolução n.º 09/2024/SEES, celebram o presente **TERMO DE TRANSFERÊNCIA**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste instrumento a transferência automática de recursos do Fundo Estadual do Esporte – FEE ao Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FMEL do **MUNICÍPIO DE ASTORGA** para cofinanciamento das políticas públicas de esporte, no que se refere a execução de projeto modernizar o Ginásio Márcio Bastos Ruziska, em conformidade as diretrizes do Sistemas Esportivos Nacional, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho e a deliberação do Conselho Estadual do Esporte, bem como os documentos constantes do Protocolado n.º 22.155.859-6.

2.1. O plano de trabalho após aprovado, poderá ser alterado, mediante termo aditivo, desde que não implique alteração do objeto e deverá ser precedida de manifestação do Conselho Estadual do Esporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3. Este instrumento terá vigência inicial na data de sua publicação com prazo de execução de 12 (doze) meses e cessará seus efeitos após a deliberação da prestação de contas pelo Conselho Estadual do Esporte.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 Compete ao **FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE**, por meio da Secretaria de Estado do Esporte

4.1.1 realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto, por meio de sua equipe técnica e do Conselho Estadual do Esporte e, quando necessário, por meio da análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando quaisquer irregularidades, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

4.1.2 transferir os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho,

4.1.3 exigir a apresentação de toda a documentação necessária para a transferência dos recursos;

4.1.4. realizar o registro e controle dos recursos repassados;

4.1.5 encaminhar para avaliação a documentação alusiva as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio para deliberação do Conselho Estadual do Esporte;



4.1.6 quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos transferidos, instaurar as medidas aplicáveis;

4.1.7 realizar o acompanhamento e avaliação da gestão de resultados do projeto e das políticas públicas envolvidas em atenção as diretrizes do Programa o Esporte Que Queremos e dos respectivos sistemas esportivos Nacional, Estadual e Municipal.

4.2 Compete ao **MUNICÍPIO DE ASTORGA**

4.2.1 cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições contidas neste instrumento e na Resolução n.º 09/2024/SEES, adotando todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;

4.2.2 utilizar os recursos financeiros de acordo com o Plano de Trabalho e em conformidade com os procedimentos legais aplicáveis, em especial no que tange a observância da Lei n.º 14.133/2021 e regulamentação própria;

4.2.3 manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este instrumento em detalhamento específico da conta única do Fundo Municipal do Esporte, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

4.2.4 proceder ao depósito de eventual contrapartida na conta única do Fundo Municipal do Esporte;

4.2.5 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento;

4.2.6 efetuar as prestações de contas parciais e final ao Conselho Municipal do Esporte e ao Conselho Estadual do Esporte, na forma prevista neste instrumento;

4.2.7 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e

gestão financeira deste instrumento, comunicando tal fato ao Conselho Municipal do Esporte e ao Conselho Estadual do Esporte;

4.2.8 restituir ao Fundo Estadual do Esporte o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável:

- a) quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b) quando não forem apresentadas as prestações de contas no prazo estabelecido;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

4.2.9 manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução dos recursos do Fundo Municipal do Esporte, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos, inclusive para fins de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

4.2.10 prestar aos Conselhos Municipal e Estadual do Esporte, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos, assim como apresentar relatórios técnicos acerca da execução;

4.2.11 responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

4.2.12 responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado do Paraná em qualquer hipótese;

4.2.13 manter, para fins de controle e fiscalização do CONCEDENTE, a guarda dos documentos originais relativos à execução deste convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

4.2.14 franquear aos agentes da Administração Pública, dos Conselhos Municipal e Estadual do Esporte, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, livre acesso aos processos,

aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste instrumento, tem natureza de transferência automática, com intuito de cofinanciar as políticas públicas de esporte, em atenção ao contido nos artigos 47 a 49 da Lei n.º 14.597/2023, nos artigos 15 a 18 da Lei Estadual n.º 21.405/2023, no Decreto Estadual n.º 3.809/2023 e na Resolução n.º 09/2024/SEES.

5.2 Em atenção a deliberação do Conselho Estadual do Esporte de 15 de maio 2024 o valor da presente transferência perfaz o valor de R\$ 429.760,00 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos reais).

5.2.1 o valor repassado pelo Fundo Estadual do Esporte será à conta da dotação orçamentária: 043.4360.27.812.25.8097; natureza da despesa 3341.4100; fonte de recursos 700, no valor de R\$ 322.320,00 (trezentos e vinte e dois mil trezentos e vinte reais).

5.2.2 o valor de R\$ 107.440,00 (cento e sete mil quatrocentos e quarenta reais) deverá ser depositado, a título de contrapartida municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias, sob pena de imediata devolução dos valores corrigidos, assim como de eventuais valores complementares à execução do objeto.

5.3 Os recursos destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para a conta específica do Fundo Municipal do Esporte, qual seja, Banco do Brasil, Agência 0476-6, Conta 38.427-5.

5.4 Os recursos serão transferidos em parcela única e deverão ser utilizados de acordo com o Plano de Trabalho.

5.5 Mediante expressa autorização do Conselho Municipal do Esporte, os rendimentos das aplicações financeiras e dos valores residuais, poderão ser aplicados em outras políticas municipais, ficando dispensada a restituição ao Fundo Estadual do Esporte, nesta hipótese.

5.6. Toda a movimentação de recursos, deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que todo os pagamentos deverão ser efetuados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1 É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

6.1.1 pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

6.1.2 finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

6.1.3 pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência

6.1.4 pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

6.1.5 pagamento de despesas de publicidade;

6.1.6 pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;

6.1.7 pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

6.1.8 transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

6.2 os recursos recebidos poderão ser empregados para realização de parcerias na forma da Lei n.º 13.019/2014 ou para fomento de ações relativas à política municipal de esporte, de acordo com a legislação específica e avaliação do Conselho Municipal do Esporte.

6.3 para as contratações inerentes a execução deverão ser observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

6.4 sempre que requeridos deverão ser apresentados ao Conselho Municipal do Esporte ou Conselho Estadual do Esporte, relatórios de despesas com os seguintes documentos:

- a) cópia do edital da licitação;
- b) as atas decorrentes da licitação;
- c) as propostas decorrentes da licitação;
- d) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- e) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 Este instrumento poderá ser alterado por termo aditivo, após avaliação e deliberação do Conselho Municipal do Esporte e do Conselho Estadual do Esporte.

7.2 O valor da transferência não poderá ser aumentado em qualquer hipótese, devendo o município beneficiário suportar o ônus das despesas residuais.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas ao final de cada exercício, com encaminhamento até o dia 31 de janeiro ao Conselho Municipal do Esporte e até 31 de março ao Conselho Estadual do Esporte, contendo o relatório de execução, conforme disposição da Resolução n.º 09/2024/SEES.

8.2 A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua execução, ao Conselho Municipal do Esporte.

8.3 A prestação de contas ao Conselho Estadual do Esporte deverá ser encaminhada após deliberação do Conselho Municipal do Esporte contendo:

- a) relatório de execução, conforme disposição da Resolução n.º 09/2024/SEES;
- b) ata da deliberação do Conselho Municipal do Esporte;
- c) documentos complementares.

8.4 Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o beneficiário será notificado, para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, efetuar a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, ao Fundo Estadual do Esporte.

8.5 A rejeição de contas ou aplicação irregular dos recursos implica do dever de restituição dos recursos ao Fundo Estadual do Esporte, assim como na suspensão de novos repasses até a restituição dos valores corrigidos.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

9.1 Este instrumento poderá ser rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos desta transferência, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam, sendo estes incorporados ao patrimônio do município beneficiário.

10.2 Este instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná pela Secretaria de Estado do Esporte.

10.3 Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento.

Datado e assinado eletronicamente.

ILSON AUGUSTO RHODEN

ELVIS EDSON DE CARVALHO

FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE

FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

MUNICÍPIO DE ASTORGA

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA

Secretaria de Estado do Esporte

Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, 1020 | Capão da Imbuia | Curitiba – PR | CEP: 82.810-400 | Fone/Fax: (41) 3361-7700

Documento: **05.2024Astorga.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Ilsan Augusto Rhoden** em 14/10/2024 15:54.

Assinatura Avançada realizada por: **Suzie Aparecida Pucillo (XXX.818.209-XX)** em 14/10/2024 15:27 Local: GAB ASTORGA.

Inserido ao protocolo **22.155.859-6** por: **Ilsan Augusto Rhoden** em: 10/10/2024 16:56.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ff655c7263721a0a1b7e495428961861.



seis centavos) a partir de 28/09/2024. Permanecem Clausulas do referido contrato.

AUTORIZADO POR: João Luiz Giona Junior
Diretor Geral/SEED, por delegação
de competência Res. nº 7.309/2023 – GS/SEED
DATA: 10/10/2024
PROTOCOLO:22.667.810-7

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 67946724

Documento emitido em 16/10/2024 08:28:06.

Diario Oficial Com. Ind. e Servicos
Nº 11758 | 16/10/2024 | PÁG. 7

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE NÚCLEO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE ATO AUTORIZATORIO

OBJETO: 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato nº 5.671/2022 - SEED.
AUTORIZO, com fundamento do disposto no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, c/c a Informação nº 2.375/2024 - SEED/ASS TEC, a realização da despesa junto à empresa PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 69.112.514/0001-35, com vistas à formalização de termo aditivo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 5671/2022 (SEED) - 5671/2022 (GMS), para prestação de serviços de acesso à plataforma de leitura Odilo, no modelo SaaS, para disponibilização de conteúdos digitais como fomento a leitura, acompanhamento do desenvolvimento desta competência e aprendizagem para até 1.000.000 (um milhão) de usuários. O valor mensal do contrato fica mantido em R\$ 344.907,57 (trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sete reais e cinquenta e sete centavos), pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 21/11/2024 até 21/11/2025.

PROTOCOLO: 22.623.759-3

119902/2024

Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	
FUNDO DO ESTADUAL DO ESPORTE – FEE	
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	
Curitiba, 14 de outubro de 2024	
PROTOCOLO N.º	22.157.513-0
MUNICÍPIO	Santana do Itararé
OBJETO	Transferência automática de recursos do Fundo Estadual do Esporte – FEE ao Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FMEL do MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ para cofinanciamento das políticas públicas de esporte, no que se refere a execução de projeto para organização de competição municipal que concretiza às ações contínuas de fomento ao esporte, em conformidade as diretrizes do Sistemas Esportivos Nacional, Estadual e Municipal
VALOR DA TRANSFERÊNCIA	R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA	16/10/2024 a 16/10/2025

119943/2024

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	
FUNDO DO ESTADUAL DO ESPORTE - FEE	
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	
Curitiba, 14 de outubro de 2024	
PROTOCOLO N.º	22.155.859-6
MUNICÍPIO	Astorga
OBJETO	Transferência automática de recursos do Fundo Estadual do Esporte – FEE ao Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FUMDEL do MUNICÍPIO DE ASTORGA para cofinanciamento das políticas públicas de esporte, no que se refere a execução de projeto modernizar o Ginásio Márcio Bastos Ruziska, em conformidade as diretrizes do Sistemas Esportivos Nacional, Estadual e Municipal
VALOR DA TRANSFERÊNCIA	R\$ 429.760,00 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos reais)
VALOR DO REPASSE	R\$ 322.320,00 (trezentos e vinte e dois mil trezentos e vinte reais)
CONTRAPARTIDA MUNICIPAL	R\$ 107.440,00 (cento e sete mil quatrocentos e quarenta reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA	16/10/2024 a 16/10/2025

119944/2024

1ª Fazenda

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PREÇOS (CP) Nº 001/2024-SEFA

(SOMENTE PARA CONVIDADOS)

PROJETO: Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO II PR

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4951/OC-BR

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização de eventos visando a execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacional, com vistas à realização da V Semana da Conscientização Tributária, XXV Seminário Paranaense de Educação Fiscal e IV Semana Paranaense de Transparência Fazendária, a ser realizado no dia 12 de novembro de 2024, no Canal da Música, em Curitiba/PR, conforme condições, especificações técnicas, requisitos e quantitativos definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital, a ser enviado junto com o Convite.

VALOR MÁXIMO AUTORIZADO: R\$ 59.553,00 (Cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais).

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 29 de outubro de 2024, às 09h00min.

AUTORIZADO pelo Diretor-Geral da SEFA em 14 de outubro de 2024.

INFORMAÇÕES: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (PROFISCO II PR) - Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios – SEFA/NLCC, na Av. Vicente Machado, nº 445 – 6º andar, CEP: 80.420-902, Curitiba/PR. Fones (41) 3235-8612 / 8603.

119812/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

COMPARAÇÃO DE PREÇOS (CP) Nº 002/2024-SEFA

(SOMENTE PARA CONVIDADOS)

PROCESSO: 22.784.379-9

PROJETO: Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO II PR

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4951/OC-BR

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização de eventos visando a execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacional, com vistas à realização da 195ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e 47ª Reunião Ordinária do COMSEFAZ, em Foz do Iguaçu/PR, nos dias 04 a 06 de dezembro de 2024, conforme condições, especificações técnicas, requisitos e quantitativos definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital, a ser enviado junto com o Convite.

VALOR MÁXIMO AUTORIZADO: R\$ 483.840,47 (Quatrocentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 30 de outubro de 2024, às 09h00min.

AUTORIZADO pelo Diretor-Geral da SEFA em 14 de outubro de 2024.

INFORMAÇÕES: COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (PROFISCO II PR) - Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios – SEFA/NLCC, na Av. Vicente Machado, nº 445 – 6º andar, CEP: 80.420-902, Curitiba/PR. Fones (41) 3235-8612 / 8603.

119813/2024

Secretaria da Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Os interessados poderão acessar os editais nos sites: <https://www.gov.br/compras-pt-br> e <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e os autos do processo.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO Fone 41 3360-6743

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1059/2024-SRP/SESA - Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de ÓRTESES, PRÓTESES MATERIAIS ESPECIAIS – OPME'S. ABERTURA: 01/11/2024 às 08:30 horas – VALOR MÁXIMO: R\$ 22.020.384,92 Protocolo: 21.793.266-1. Autorização do Secretário de Estado da Saúde em 08/10/2024; identificador no <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras> nº 91059/2024, UASG 456793.

Curitiba, 16 de outubro de 2024.

Coordenadoria de Licitações
Caetano da Rocha

119843/2024